



Responsabilidade enunciativa e posição ideológica em discursos polarizadores sobre o casamento homoafetivo

Enunciative responsibility and ideological position in polarized discourses about homoaffective marriage

Rosângela Alves dos Santos Bernardino

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Rio Grande do Norte,
Pau dos Ferros / Brasil

rosealves_23@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0001-7812-4829>

Daliane Pereira do Nascimento

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Rio Grande do Norte,
Pau dos Ferros / Brasil

dalianypereira@outlook.com

<https://orcid.org/0000-0002-6115-5968>

Raimundo Romão Batista

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Rio Grande do Norte,
Pau dos Ferros / Brasil

romao87@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5805-3592>

Resumo: Nunca foi tão fácil emitir publicamente opiniões, bem como julgar a opinião, a conduta e a vida alheias. Vivenciamos, atualmente, uma realidade de constantes inovações tecnológicas em que é possível a disseminação de discursos com maior alcance e rapidez, dada a variedade e a boa funcionalidade dos diferentes recursos midiáticos, das redes sociais e de tantas outras formas de interação *online*. Considerando esse cenário como propício à emergência de discursos polarizadores, conflitantes, expressivos de ódio e, portanto, intolerantes às diferenças, investigamos como se processa a responsabilidade enunciativa em discursos sobre o casamento homoafetivo, buscando depreender as estratégias textuais-discursivas sinalizadoras do gerenciamento de vozes e da posição

ideológica assumida pelos locutores-enunciadores. Para tanto, mobilizamos como categoria analítica os fenômenos de modalização autonímica, explorando especificamente as não-coincidências do dizer. O *corpus* constitui-se de 08 comentários inscritos no Portal de notícias G1, no *Facebook*, acerca de uma notícia sobre o casamento entre duas mulheres. Teoricamente, utilizamos os postulados da Análise Textual dos Discursos (ATD), conforme Adam (2011), em diálogo com os estudos de Authier-Revuz (1998), Bakhtin (2002, 2011), Volochínov (2017), Rabatel (2016, 2013, 2009) e outros. No material analisado, percebemos o embate de vozes, o “eu” atravessado pelo “outro”, em contextos de assunção e de imputação de pontos de vista, sendo isso sinalizado pela não-coincidência interlocutiva, pela não-coincidência do discurso consigo mesmo e, ainda, em contextos em que há o diálogo do sujeito com o próprio discurso, pela não-coincidência entre as palavras e as coisas e a não-coincidência das palavras consigo mesmas.

Palavras-chave: responsabilidade enunciativa; posição ideológica; discursos polarizadores; casamento homoafetivo.

Abstract: It was never so easy giving open opinion about, as well as judge opinion and others' life styles as it is nowadays. These days, we can see a reality that is always moving, changing especially due to high technology innovations. Through this technological tools people disseminate discourses that reach more and more other ones in an unthinkable speed, just because media resources have a wide range of sources and diversified tech-tools, at social networks and many others online interactions ways. Considering this scenario as a field proper to conflict, polarized discourses, hate expression and finally intolerance for differences, we investigate how enunciative responsibility is processed in discourses about homoaffective marriage, searching to understand text-discursive strategies that signal the management of voices and ideological position speakers-enunciators assume. To do that, we mobilized as analytic category autonimic modulation phenomena, just exploring non-coincidence of saying. The corpora are formed by eight comments posted at G1 Portal News on *Facebook*, after a report about a wedding ceremony between two women. As our background theory, we use theoretical contributions of Text Discourse Analysis, by Adam (2011), putting this theory in dialog with Authier-Revuz studies (1998), Bakhtin (2002, 2011), Volóchinov (2017), Rabatel (2016, 2013, 2009), among other scholars. We defined as analytic categories the phenomenon of Enunciative Responsibility, focusing on autonimic modulation phenomena and the notion of ideology. We could see the clash of voices, “me” crossed by the “other one” at the analyzed *corpora*. And we see those aspects in a context in which there are the imputation and the assumption of viewpoint. All of these signed through the non-coincidental interlocutive, through the non-coincidental discourse by itself, and also in context in which there is a dialog between the subject and his own discourse, through the non-coincidence between words and things and finally the non-coincidence between the words with themselves.

Keywords: enunciative responsibility; ideological position; polarized discourse; homoaffective marriage.

Recebido em 20 de março de 2020

Aceito em 15 de junho de 2020

1 Introdução

“Casal é homem e mulher”. Esse enunciado, entre muitos outros, foi enfaticamente evocado em comentários sobre a notícia divulgada pelo Portal de notícias G1, no *Facebook*, a respeito do casamento da cantora Ludmila com a modelo Brunna Gonçalves. Trata-se, neste contexto, de um modo de dizer que, dialogicamente, contesta um outro tipo de relação de sentido entre a palavra e a coisa, ou seja, nega a possibilidade da palavra casal referir-se à união efetiva entre duas mulheres. Instaure-se, a partir desse dizer, uma controvérsia: afinal, o que significa o lexema casal? Compreender o funcionamento desse tipo de discurso em interações *online* é o propósito mais geral deste trabalho. Com esse desígnio, iremos no deter sobre a dimensão enunciativa do texto, adotando o postulado teórico de que esse objeto empírico, concreto e único, materializa vozes ou pontos de vista, conforme o contexto interacional em que é produzido e as regulações de determinado gênero de discurso. Assim, buscamos investigar como se processa a responsabilidade enunciativa e a posição ideológica em discursos polarizadores, materializados sob a forma de comentários de internautas, em função da referida notícia. Seguindo a direção teórico-metodológica proposta por Adam (2011) no âmbito da Análise Textual dos Discursos (ATD), mobilizamos como categoria analítica os fenômenos de modalização autonímica, explorando especificamente as não-coincidências do dizer enquanto marcas linguísticas de responsabilidade enunciativa.

Adam (2011) situa a responsabilidade enunciativa como um entre os oito níveis ou planos de análise de textos concretos e propõe uma relação de categorias e marcas linguísticas que nos permite apreender o desdobramento polifônico dos enunciados. Por meio do exame das variadas marcas (tempos verbais, dêiticos espaciais e temporais, modalizadores, tipos de representação da fala, fenômenos de modalização autonímica, entre outras), é possível verificar quando o primeiro locutor-enunciador assume por si mesmo o conteúdo proposicional de um ponto de vista e quando o imputa a um segundo enunciador. Considerando que os textos (orais e escritos) são produzidos em situações reais de interação

social, por meio de um dado gênero, visando alcançar certos objetivos, entendemos que são variadas as estratégias para sinalizar engajamento ou distanciamento enunciativo em relação aos pontos de vista proferidos. Assim, no caso dos comentários produzidos em função da notícia sobre o casamento homoafetivo, examinar o gerenciamento de vozes, os movimentos de assunção e imputação de pontos de vista e a posição ideológica subjacente nos parece pertinente, no sentido de fortalecer as pesquisas que têm se debruçado sobre o fenômeno da responsabilidade enunciativa, no âmbito da ATD.

A forte repercussão da notícia, sinalizada em razão do grande número de comentários inscritos na página do Portal G1, no *Facebook*, justifica nosso interesse por buscar responder as seguintes questões: Quais vozes são suscitadas nos discursos polarizadores sobre o casamento homoafetivo e como se estabelece o diálogo entre elas? Quais estratégias textuais-discursivas são mobilizadas pelos locutores-enunciadores para assinalar a responsabilidade enunciativa? Quais as posições ideológicas assumidas pelos locutores-enunciadores nesses discursos?

Além da ancoragem teórica na ATD, outro postulado caro a este trabalho é o de que cada palavra expressa num discurso, seja oral ou escrito, é constitutivamente dialógica, porque se efetiva em interação social com os discursos já produzidos historicamente e está sempre suscetível de obter uma resposta, uma contra palavra. E, inseparável desse postulado, reside o caráter ideológico dos enunciados, pois, ancorados em Volochínov (2017), consideramos que a palavra está embutida de um valor ideológico, portanto marca uma posição axiológica, afinal advém de sujeitos que estão imbricados num mundo repleto de forças ideológicas e que se materializam de diferentes maneiras, na e pela linguagem.

Com esse entendimento teórico, partimos do pressuposto de que, no contexto atual, dada a variedade de interações *online* propiciadas pelo avanço das tecnologias digitais, as redes sociais, por exemplo, são ambientes em que muito facilmente, e com enorme rapidez, pode-se compartilhar todo tipo de conteúdo, do mais trivial ao mais especializado. Não sem espanto, vemos que as páginas, comunidades, grupos e perfis são espaços ou suportes repletos de posicionamentos ideológicos sobre variados temas, e neles podemos observar a constante difusão de discursos polarizadores, de ódio, que parecem ter ganhado força nos últimos anos, sendo vistos também de forma corriqueira em várias outras manifestações midiáticas, por exemplo na TV, em revistas e blogs.

As diferentes mídias, em especial as redes sociais, têm se tornado uma arena de disseminação de ideias e ataques, motivados, muitas vezes, pela suposta garantia de distanciamento físico e do anonimato que elas mesmas proporcionam. Porém, variados são os casos em que os discursos de ódio são explícitos, de forma que se pode identificar o grupo ou o indivíduo que praticou a agressão verbal. Em diversas reportagens jornalísticas, por exemplo, no que se refere ao direcionamento para o mundo do futebol, muitas são as cenas em que jogadores negros foram vítimas de preconceito racial no momento que estão participando de uma partida de futebol. São representações ideológicas marcadas por discursos que atravessam o tempo e que se mantêm imbricados no pensamento de uma sociedade que ainda não superou o preconceito.

Além dos discursos que reproduzem o preconceito racial, entre muitos outros, os que praticam o preconceito relacionado à sexualidade são igualmente facilitados pelos novos contextos de interação *online*. Na verdade, esse tipo de preconceito tem ganhado grande proporção, efetivando-se através da violência verbal e física. Os meios de comunicação expõem diariamente casos de pessoas que são vítimas de preconceito em virtude da orientação sexual, já tendo ocorrido até mesmo casos de homicídio.

Tais discursos, mediados muitas vezes por princípios religiosos, têm pesado na vida de muitos homossexuais, que, mesmo assumidos perante a sociedade, não deixam de ser vítimas de comentários de intolerância. É levando em conta a dimensão dessa problemática que, neste trabalho, recortamos para análise os comentários que compõem a discussão em torno do casamento homoafetivo. Sabemos que questões sobre a orientação sexual ainda representam um grande tabu para a sociedade, afinal muitas pessoas ainda não conseguiram superar discursos de preconceito enraizados no meio social.

Considerando esse contexto de discursos polarizadores, a favor e contra o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo, propomo-nos, em sintonia com as questões levantadas anteriormente, atender aos seguintes objetivos específicos na análise do *corpus*: i) identificar as vozes que ancoram os discursos polarizadores sobre o casamento homoafetivo; ii) descrever as não-coincidências do dizer, como meio para compreender as estratégias textuais-discursivas sinalizadoras do gerenciamento das vozes e da (não) assunção pelo conteúdo proposicional expresso; iii) interpretar as posições ideológicas dos locutores-enunciadores sobre o casamento homoafetivo.

Pensado nesses termos, este trabalho coloca em debate uma temática atual e de relevância social, política e acadêmica. É indiscutivelmente necessário tomarmos como objeto de análise os discursos preconceituosos, radicais, intolerantes, e refletirmos sobre a difusão deles por meio de variados dispositivos midiáticos, tais como jornais, telejornais, revistas, programas de TV, redes sociais, fóruns, *blogs* e por outras formas de interação *online*. Além disso, nosso trabalho destaca como as posições ideológicas interferem e continuam interferindo na vida das pessoas, contribuindo para a construção de imagens, positivas ou negativas, daquelas que assumem um relacionamento homoafetivo.

Outro aspecto relevante deste trabalho é a possibilidade de estabelecer um diálogo entre os estudos do texto, do discurso e abordagens enunciativas, uma vez que o foco central da análise recai sobre os fenômenos de modalização autonímica como categoria para estudo da reponsabilidade enunciativa e sobre as noções de dialogismo e ideologia. Nessa direção, para fundamentar a análise, seguimos as reflexões teóricas de Adam (2011), Bakhtin (2002, 2011), Volochínov (2017), Miotello (2010), Authier-Revuz (1998), Rabatel (2016, 2015, 2013, 2009) e outros autores.

Quanto à organização do plano de texto, além desta seção introdutória, trazemos uma seção de natureza metodológica, com informações sobre a natureza da pesquisa, do *corpus* e a apresentação dos procedimentos de análise dos dados; na sequência, apresentamos três seções teóricas, sendo a primeira uma síntese mais breve sobre linguagem, ideologia e dialogismo, a segunda sobre a ATD e a terceira sobre o fenômeno da responsabilidade enunciativa; depois, temos a análise dos dados, considerações finais e referências.

2 Procedimentos metodológicos

O presente trabalho é decorrente de uma pesquisa de caráter descrito e interpretativo, tendo em vista o objetivo de compreender como se processa a responsabilidade enunciativa, focalizando o gerenciamento das vozes, por meio da análise dos fenômenos de modalização autonímica, buscando saber também qual a posição ideológica assumida pelos locutores-enunciadores em discursos sobre o casamento homoafetivo.

Quanto à natureza da pesquisa, adotamos a abordagem qualitativa, pois nossa preocupação está em buscar compreender o fenômeno estudado

a partir de uma análise textual-discursiva, interpretando as formas ou o modo como os sujeitos produzem sentidos em suas práticas de linguagem em interações *online*. Conforme Guerra (2014, p. 76),

Na abordagem qualitativa, o cientista objetiva aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social –, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação [...].

O tipo de pesquisa que nos ampara é a documental, pois analisamos e interpretamos comentários postados em uma notícia publicada no Portal do G1, no *Facebook*; trata-se de textos que ainda não tinham sido analisados sob o olhar aqui proposto. Como afirma Severino (2007, p. 123), na pesquisa documental, “[...] os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise”.

Para a interpretação dos dados, adotamos o processo misto de análise, o qual, conforme Moraes (2003), combina os métodos dedutivo e indutivo. Assim, no método dedutivo parte-se do geral para o particular, isto é, partimos de categorias definidas *a priori* a partir da teoria escolhida previamente para identificarmos como se manifestam no material em análise. Enquanto, na indução, partimos do *corpus* e dos dados constatados, inferindo “verdades” a partir deles, tendo em vista que os textos/discursos são tomados neste trabalho como eventos comunicativos singulares, portanto não previsíveis quanto à produção de sentidos. Assim, a indução pode permitir ao pesquisador, por exemplo, definir “categorias emergentes” a partir do material analisado.

Para a constituição do *corpus*, selecionamos comentários de usuários do *Facebook*, publicados como reação ao conteúdo de uma notícia postada pelo Portal de notícias G1. A notícia, portanto, tem livre acesso¹, e relata o casamento civil homoafetivo entre duas mulheres famosas no Brasil, a cantora Ludmila e a modelo Brunna Gonçalves, realizado no dia 16 de dezembro de 2019. A notícia teve grande repercussão na mídia por referir-se a um casamento homoafetivo, ainda tabu para muitos, e por se tratar de duas pessoas famosas, conhecidas

¹ Notícia disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2019/12/17/ludmilla-se-casa-com-brunna-goncalves-com-festa-surpresa.ghtml>. Acesso em: 28 dez. 2019.

nacionalmente. Mais precisamente, selecionamos 08 comentários, sendo 04 de internautas que apresentaram um posicionamento de apoio e defesa em relação ao casamento e 04 que se posicionaram negativamente e contra.

Ao divulgar a notícia do casamento, o G1 expõe as palavras da mãe da cantora, que publicou em suas redes sociais registros do casamento com o seguinte enunciado: “Que Deus abençoe a vida de vocês, que essa união vença qualquer obstáculo e preconceito, que o amor de vocês seja resistência. Juntas somos mais fortes eu amo o amor de vocês”. Tais palavras foram motivo de muitos comentários dos usuários do *Facebook*, posicionando-se de forma positiva e negativa sobre o casamento de Ludmila e Brunna e sobre as palavras da mãe.

No que diz respeito aos procedimentos de análise dos dados, estabelecemos as seguintes etapas: (i) leitura do *corpus* objetivando a seleção dos comentários dos internautas de acordo com a reação manifestada em relação à notícia, positiva ou negativa; (ii) identificação das vozes ou pontos de vista evidenciados nos comentários; (iii) descrição das marcas linguísticas sinalizadoras dos fenômenos de modalização autonímica, focalizando os quatro tipos de não-coincidências do dizer, por meio dos quais nos detemos a analisar o gerenciamento de vozes, observando quem é a fonte enunciativa dessas vozes, ou seja, quais locutores-enunciadores assumem a responsabilidade pelo conteúdo proposicional expresso nos comentários; e (iv) análise textual-discursiva dos comentários e interpretação da posição ideológica assumida pelos internautas.

Em sintonia com os postulados teóricos que ancoram este trabalho, nossa análise repousa sobre a responsabilidade enunciativa, já que nos debruçamos sobre a categoria denominada por Adam (2011, p. 120) como “fenômenos de modalização autonímica”, examinando as marcas linguísticas mostradas no corpo do texto, as não-coincidências do dizer, como meios para compreender como os locutores-enunciadores em questão sinalizam o jogo de vozes, e, portanto, o engajamento ou distanciamento em relação ao conteúdo proferido sobre o casamento homoafetivo. De um modo mais abrangente, a análise repousa sobre a heterogeneidade enunciativa, constitutiva a todo discurso, nos moldes como o próprio Adam (2011) orienta, ao nos direcionar aos trabalhos de Authier-Revuz (1984, 1994, 1995).

Na seção análise de dados, situada logo após nossa síntese teórica, os comentários são reproduzidos a partir de prints e organizados no interior de uma caixa de texto. Para retomar os enunciados que compõem os comentários, cobrimos o nome real dos internautas e utilizamos somente as letras iniciais do nome e sobrenome, de modo a impossibilitar sua identificação. Os comentários foram enumerados sequencialmente e codificados como C-01, C-02... até C-08.

3 Linguagem, ideologia e dialogismo

Considerando o propósito deste trabalho de identificar as vozes que constituem o discurso polarizador sobre o casamento homoafetivo e a posição ideológica assumida nesses discursos, situamos, em palavras mais breves, a visão de linguagem que ancora nossa análise.

Apoiados na compreensão de Volochínov (2017, p. 98), entendemos que a linguagem é o lugar mais claro e complexo da materialização do fenômeno ideológico, “a palavra é o fenômeno ideológico par excellence”. Portanto, é através da palavra, enquanto signo, que os grupos sociais revestem os sentidos de seus interesses, de modo que “em sociedades que apresentam contradições de classe sociais, as ideologias respondem interesses diversos e contrastantes [...] (MIOTELLO, 2010, p. 171). Então, as condutas ideológicas estão imbricadas na língua, e os sujeitos sociais a usam como um veículo para colocar em evidência diferentes valores e posições.

Compreender a linguagem, nessa perspectiva, requer entender a natureza do signo como sendo essencialmente ideológica. Aqui, a noção de ideologia é tomada como uma construção de ordem social, está sempre ligada à realidade e não sendo algo preso em si mesmo. E como forma de reforçar tal posicionamento, trazemos novamente as palavras de Volochínov (2017, p. 94), quando afirma que: “qualquer signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também uma parte material dessa realidade. Qualquer fenômeno ideológico sócnico é dado em algum material [...]”. Dessa forma, as posições ideológicas dos sujeitos refletem e refratam uma realidade do mundo externo.

Os signos estão sempre refletindo e refratando a dinâmica da realidade social, as posições ideológicas de diferentes classes sociais. Para Seidel e Silva (2017, p. 8),

Todo signo também refrata tanto a realidade que designa quanto o ser que o utiliza devido ao intercruzamento de interesses sociais orientados de diferentes modos. Esse fenômeno de luta de classes, que leva à refração de opiniões, avaliações e pontos de vistas é que torna o signo vivo e móvel, já que ele é sensível aos embates sociais, que mudam constantemente no decorrer da história.

Além de assumirmos essa compreensão de que a palavra é o material por excelência de manifestação das ideologias, consideramos, também, o princípio de que todo discurso é constitutivamente dialógico. Retomamos apenas brevemente esse princípio, tendo em vista que essa concepção dialógica da linguagem e dos enunciados já está na base de muitos dos conceitos e postulados da ATD, como é o caso da noção de responsabilidade enunciativa, a ser tratada mais adiante.

Para o que nos interessa mais diretamente em nosso trabalho, retomamos as seguintes passagens dos escritos bakhtinianos e do Círculo, tal como mostra Bernardino (2015, p. 53):

Uma enunciação concreta (e não uma abstração linguística) nasce, vive e morre no processo da interação social e dos participantes da enunciação. (VOLOCHÍNOV/BAKHTIN, 2011, p. 165).

Todo enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva. É a posição ativa do falante nesse ou naquele campo do objeto e do sentido. (BAKHTIN, 2011, p. 289).

Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 117).

Pois todo discurso concreto (enunciação) encontra aquele objeto para o qual está voltado sempre, por assim dizer, já desacreditado, contestado, avaliado, envolvido por sua névoa escura ou, pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falaram sobre ele. O objeto está amarrado e penetrado por idéias gerais, por pontos de vista, por apreciações de outros e por entonações. Orientado para o seu objeto, o discurso penetra neste meio dialogicamente perturbado e tenso de discursos de outrem, de julgamentos e de entonações [...]. (BAKHTIN, 2002, p. 86).

Observamos, logo no primeiro trecho citado, o princípio da interação social que acompanha toda a obra do Círculo e influencia as correntes modernas da Linguística após a década de 1960, inclusive a Linguística Textual, bem como a própria ATD. Nas demais citações, o conceito de dialogismo é pensado de forma indissociável ao de interação e se coloca na base do processo de produção dos discursos, dos sentidos e da linguagem de uma forma mais ampla (SOBRAL, 2009).

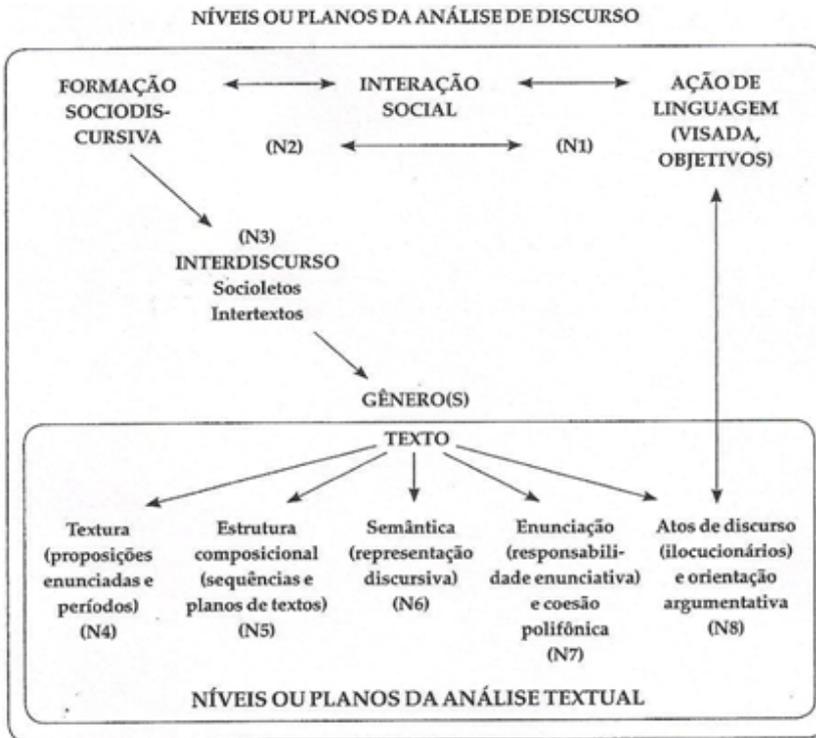
Compreender essa perspectiva ideológica e interacional/dialógica da linguagem é entender que os enunciados se relacionam com a realidade social, estabelecem um elo com muitos outros enunciados e são sempre direcionados a um dado interlocutor situado historicamente. Esse interlocutor, por sua vez, é sempre capaz de interpretar, responder e tomar uma posição de maneira ativa, manifestando uma “avaliação social” ou “o julgamento da situação que interfere diretamente na organização do enunciado e que, justamente por isso, deixa no produto enunciado as marcas do processo de enunciação” (BRAIT, 2005, p. 93).

4 Análise Textual dos Discursos

Conforme já sinalizamos, assumimos como base teórica principal neste trabalho a Análise Textual dos Discursos (ATD), delineada por Jean-Michel Adam como uma nova abordagem da Linguística Textual, sendo isso decorrente de sua vasta experiência como pesquisador no campo dos estudos linguísticos do texto e do discurso. Em sua obra “Linguística Textual: introdução à *Análise Textual dos Discursos*”, Adam (2011) propõe um conjunto de novas categorias para pensarmos o texto e o discurso de forma articulada, em um tipo de análise que leva em conta também a relação com os gêneros.

Nessa perspectiva, Adam (2011) se aproxima dos pressupostos teóricos defendidos por Maingueneau (1995), propondo, assim, uma separação e ao mesmo tempo uma complementaridade das tarefas da Linguística Textual e da Análise do Discurso. Esse novo tratamento dado ao objeto texto vem situar a Linguística Textual como um subdomínio da análise das práticas discursivas. A Figura 1 demonstra mais claramente como se dá a relação entre os objetos desses dois campos de investigação.

FIGURA 1 – Níveis e planos da análise de discurso e da análise textual



Fonte: Adam (2011, p. 61.)

Na parte superior do esquema, situam-se os níveis referentes ao discurso, segundo a compreensão de que todo ato de linguagem apresenta uma ação visada ou objetivo, ou seja, um propósito a ser alcançado numa dada situação de interação social ou contexto, em que os interlocutores, em seus discursos, são regulados pela formação sociodiscursiva e pela língua ou socioletos, e estabelecem relação com outros dizeres, o que significa serem perpassados pelo interdiscurso e intertextos.

Já na base do esquema, temos elementos voltados para o texto, os quais dizem respeito à textura (proposições enunciadas e períodos), à estrutura composicional (sequências e planos de texto) à dimensão semântica (representação discursiva), à *dimensão enunciativa* (responsabilidade enunciativa e coesão polifônica) e, por fim, aos atos de discurso (ilocucionários e orientação argumentativa).

Considerando os dois níveis ou planos, o esquema 4 permite a compreensão de que os discursos se materializam por meio de textos concretos (orais e escritos) e o gênero é o elemento mediador dessa relação, uma vez que ele atua como regulador das ações do discurso sobre o texto.

Nas reflexões teóricas de Adam (2011), a proposição-enunciada (ou proposição-enunciado) *é uma noção relevante para a análise textual, apresentando-se* como a unidade textual mínima de análise, sendo que isto demarca um posicionamento teórico-metodológico que se afasta da noção de frase nos moldes como concebe a tradição gramatical. Assim, para a segmentação dos textos e das partes que o constituem (os planos de texto, as sequências, os períodos, por exemplo), a proposição-enunciada atua como uma microunidade sintático-semântica e ela se diferencia da frase pelo fato de ser produzida em interações comunicativas reais, portanto é um elemento dos enunciados/gêneros de discurso concretos. Assumindo aqui as palavras do autor, “ao escolher falar de *proposição-enunciado*, não definimos uma unidade tão virtual como a proposição dos lógicos ou a dos gramáticos, mas uma unidade textual de base, efetivamente realizada e produzida por um ato de enunciação, portanto, como um enunciado mínimo” (ADAM, 2011, p. 106).

Para sintetizar o que diz Adam (2011) sobre esta noção tão cara à análise textual, reproduzimos o quadro elaborado por Bernardino (2015), para, em seguida, tratarmos das três dimensões que a caracterizam.

QUADRO 1 – Traços definidores da proposição-enunciado como unidade textual mínima

A proposição- enunciado	É uma unidade textual mínima;
	É o produto de um ato de enunciação, pois é proferida por um enunciador e supõe um coenunciador;
	É, ao mesmo tempo, uma microunidade sintática e uma microunidade de sentido;
	Tal como a proposição clássica, liga um objeto de discurso ao que é dito a seu respeito por intermédio de um predicado verbal ou nominal, ou ainda monorrema;
	Liga-se a um ou a vários outros enunciados elementares; convoca um ou vários outros enunciados em resposta a eles ou como simples continuação;
	Apresenta três dimensões complementares: uma dimensão enunciativa, uma potencialidade argumentativa e um valor ilocucionário;
	Está sujeita a uma condição de verdade (verdadeiro ou falso/mentiroso) e de ficcionalidade (nem verdadeiro nem falso).

Fonte: Bernardino (2015, p. 48)

Entre os elementos dispostos no quadro, Adam (2011) delimita, conforme a Figura 2 reproduzido abaixo, as três dimensões da proposição-enunciada, ressaltando que são aspectos complementares.

FIGURA 2 – As três dimensões da proposição-enunciada



Fonte: Adam (2011, p. 111)

Embora apresentadas de forma triangular, as três dimensões não têm caráter hierárquico, nem são isoladas umas das outras. Como se vê, cada ponto do triângulo apresenta uma dimensão, o (A) traz a dimensão semântica, compreendendo que o conteúdo proposicional de um ponto de vista constrói a referência como representação discursiva. Em (B), temos a responsabilidade enunciativa, inseparável do ponto de vista, uma vez que este se liga a um locutor-enunciador que assume o conteúdo proposicional. E, por último, o (C) apresenta o enunciado segundo a perspectiva argumentativa, abarcando o valor ilocucionário, resultante das potencialidades argumentativas, isso porque todo enunciado, mesmo uma pequena descrição sem uso de conectores, já representa um ato argumentativo (ADAM, 2011).

Como podemos constatar, a proposição-enunciada ocupa um papel importante na análise de textos concretos e, em nosso trabalho, ela apoiará a retomada das unidades que compõem o discurso polarizador

sobre o casamento homoafetivo, em nosso estudo com foco na dimensão enunciativa dos textos que materializam tal discurso. Por isso, passamos a tratar, na seção seguinte, sobre o fenômeno da responsabilidade enunciativa, destacando uma de suas formas de manifestação, no caso os fenômenos de modalização autonímica.

5 Ponto de vista, responsabilidade enunciativa e os fenômenos de modalização autonímica

O locutor e o enunciador são as instâncias enunciativas do ponto de vista. Dessa forma, entendemos locutor como a “instância de produção fônica ou gráfica do enunciado” (RABATEL, 2015, p. 126). Isto é, o responsável por produzir o enunciado e trazer para seu texto os pontos de vista de enunciadores segundos, “[...] conforme um posicionamento dêitico ou um posicionamento independente do *ego, hic et nunc*” (RABATEL, 2016, p. 82). Já o enunciador é a “[...] instância da assunção da responsabilização pelos conteúdos das proposições, a fonte das atualizações dêitica e modal” (RABATEL, 2015, p. 126). Em outras palavras, trata-se da fonte na origem de ponto de vista, portanto, essa instância assume a responsabilidade enunciativa.

Assim, todo locutor poder ser enunciador, pois o locutor pode ecoar várias fontes, porém, nem todo enunciador é locutor, uma vez que o enunciador necessariamente não é a instância nas dimensões fáticas, fônicas e estruturais. Como forma de exemplificar essas instâncias do ponto de vista (PdV²), trazemos, abaixo, um excerto de uma redação³ produzida no contexto do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

- (1) **[PdV 01]** Brás Cubas, o defunto-autor de Machado de Assis, diz em suas “Memórias Póstumas” que não teve filhos e não transmitiu a nenhuma criatura o legado da nossa miséria. **[PdV 02]** Talvez

² Rabatel (2013) utiliza a abreviação de ponto de vista com letras maiúsculas (PDV), enquanto Adam (2011) utiliza PdV. Em nossa pesquisa, usamos a abreviação proposta por Adam, mas sem nos distanciarmos das postulações de Rabatel.

³ O excerto da redação apresentado constitui-se como parte do *corpus* do Plano de Trabalho desenvolvido por Daliane Nascimento, no projeto “Gerenciamento de vozes, responsabilidade enunciativa e construção do ponto de vista do autor em redações do ENEM”, vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC – 2017/2018), sob a coordenação da professora Rosângela Bernardino.

hoje ele percebesse acertada sua decisão: a postura de muitos brasileiros frente a intolerância religiosa é uma das faces mais perversas de uma sociedade em desenvolvimento.⁴

No excerto, chamamos de locutor-enunciador primeiro (doravante L1/E1), conforme Rabatel (2016), a instância que profere o PdV e assume o seu conteúdo proposicional ou o imputa a um segundo enunciador (e2). No caso, temos aí um L1/E1 que se reporta ao PdV de e2, o defunto-autor Braz Cubas, personagem do livro *Memórias Póstumas de Braz Cubas* do autor Machado de Assis. Em seguida, L1/E1 apresenta um ponto de vista próprio (o PdV 02 em destaque) com base no ponto de vista do e2.

Dessa forma, entendemos o PdV como o conteúdo proposicional remetido a um e2 ou assumido por L1/E1. De acordo com Rabatel (2013, p. 33), a definição de PdV é sintática e enunciativa, pois “[...] um ponto de vista é a combinação *modus ~ dictum*, e, no plano enunciativo, ele remete a um enunciador que não é locutor [...]”. Isto é, o PdV está presente tanto no *modus*, na tomada de posição de L1/E1, como do *dictum*, no conteúdo proposicional.

Rabatel (2016) discute, ainda, sobre o PdV implícito, isto é, o PdV de um enunciador emerge na voz de um locutor-enunciador, sem que este utilize as formas de discursos estruturados e identificáveis. O teórico afirma que todo enunciado denota um PdV, mesmo que na ausência de um “eu”. Portanto, todo PdV denota sempre uma instância que assume a responsabilidade enunciativa do conteúdo proposicional, seja diretamente por L1/E1 ou indiretamente por e2.

Desse modo, a responsabilidade enunciativa, tal como é proposta por Adam (2011), diz respeito ao fenômeno que recobre as vozes em um texto, ligando-se, portanto, ao princípio de que os pontos de vista podem ser assumidos pelo locutor-enunciador primeiro ou imputados a enunciadores segundos. Em outras palavras, a assunção é assinalada por marcas textuais que apontam, no fio do dizer, a responsabilidade do locutor-enunciador primeiro pelo que foi proferido. Os enunciados podem, também, de acordo com Adam (2011), não ser assumidos pelo locutor-enunciador, trata-se do contexto em que há uma zona textual sob dependência de uma fonte segunda.

⁴ Disponíveis em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/leia-redacoes-nota-mil-do-enem-2016.ghtml>. Acesso em: 22 jul. 2017.

Segundo as reflexões teóricas de Rabatel (2009), em artigo publicado na revista *Langue Française* – n. 162, dedicado inteiramente a discutir *la notion de “prise en charge” en linguistique* –, há variedades de *prise en charge* (PEC), em função das instâncias. Assim, esse autor distingue, de um lado, a responsabilidade enunciativa (ou responsabilização), quando o L1/E1 assume por conta própria os conteúdos proposicionais do ponto de vista que ele julga como verdadeiros, e, de outro lado, a imputação, que consiste em atribuir os conteúdos proposicionais a um segundo enunciador (e2). O autor defende ainda a hipótese de uma quase-responsabilização, para os casos de imputação do ponto de vista a um e2, com posicionamento favorável de L1/E1. Nesse sentido, ocorre o engajamento a partir do acordo em relação ao ponto de vista imputado. Conforme as palavras do autor, “é esta quase PEC, imputada a e2, que permite em seguida que L1/E1 se posicione em relação à posição enunciativa de e2”.⁵ (RABATEL, 2009, p. 73). De acordo com essa compreensão, os enunciadores segundos também estão envolvidos com a responsabilidade enunciativa (RE), via imputação.

Em sua apresentação da problemática geral do ponto de vista, Rabatel (2016, p. 94) reitera postulados introduzidos no referido artigo e destaca que:

A não RE não é a contraparte da RE, porque é a imputação que exerce esse papel. É no interior da exploração pragmática das imputações que L1/E1 precisa se ele está em desacordo com o PDV imputado, se ele o considera, sem tomar partido, explicitamente (o que nomeamos “neutralidade” ou RE zero), ou se ele está de acordo com o PDV.

No contexto da imputação, verifica-se, pois, que é possível falar dos movimentos de acordo, desacordo e neutralidade. Portanto, no nível pragmático da imputação, o L1/E1 pode apresentar uma posição de **concordância**, isto é, toma partido e compartilha o PdV de e2 – no caso do acordo, Rabatel (2009) fala de uma responsabilidade compartilhada, sendo o mesmo que coenunciação, conforme a reflexão teórica feita em Rabatel (2016); ou uma posição de **discordância**, quando demonstra não compartilhar do PdV atribuído a e2; ou pode manifestar uma

⁵ “C’est cette quasi PEC, imputée à e2, qui permet ensuite à L1/E1 de se positionner par rapport à la position énonciative de e2” (RABATEL, 2009, p. 73).

certa **neutralidade** diante do PdV imputado a e2, sem tomar partido explicitamente quanto ao conteúdo proferido.

Segundo Adam (2011), o grau de responsabilidade enunciativa de uma proposição enunciada é suscetível de ser marcado por variadas unidades da língua e, nesse sentido, ele enumera oito categorias capazes de assinalar a (não) assunção da responsabilidade enunciativa, quais sejam: os índices de pessoas, os dêiticos espaciais e temporais, os tempos verbais, as modalidades, os diferentes tipos de representação da fala, as indicações de quadros mediadores, os fenômenos de modalização autonímica, as indicações de um suporte de percepções e de pensamentos relatados (ADAM, 2011). Por razões de ordem metodológica, tratamos aqui especificamente dos fenômenos de modalização autonímica, categoria delimitada para cumprir o objetivo proposto neste trabalho.

Adam (2011), ao apresentar a categoria dos fenômenos de modalização autonímica, especifica o embasamento nos estudos de Authier-Revuz (1984, 1994, 1995). Nas palavras de Adam (2011, p. 120), a modalização autonímica é “todo enunciado metaenunciativo que, num debruçar-se reflexivo do dito sobre o dizer, manifesta a não-transparência e não-evidência das palavras [...]”. Assim, é na modalização autonímica que se inserem as não-coincidências do dizer, pois, como afirmam Cavalcante e Brito (2017), parafraseando Lacan (1999), é na segunda intenção do discurso como discurso, do discurso que interroga as coisas em relação a si mesmo que surge um corte repentino na ordem linear do discurso para inserção de uma não-coincidência, isto é, uma necessidade de expressão, nomeação, uma busca pela palavra adequada.

Authier-Revuz (1998) propõe quatro tipos de não-coincidência do dizer, os quais listamos de forma sintetizada, conforme segue-se.

- i) A **não-coincidência interlocutiva** apoia-se, segundo Authier-Revuz (1998, p. 22), “[...] em uma concepção pós-freudiana do sujeito, não-coincidente consigo mesmo pelo fato do inconsciente, como fundamental e irreduzível entre dois sujeitos ‘não-simetrizáveis’, remetendo [...] a ‘comunicação’ concebida como produção de ‘um’ entre os enunciadorees”. Os enunciadorees utilizam estratégias que retratam que uma determinada palavra, expressão, sentido não foram inteiramente ou absolutamente partilhados entre os enunciadorees. Por exemplo: *digamos X; X, permita-me dizer; X, se entende o que eu quero dizer*. Há uma

tentativa do enunciador de restaurar um elo de co-enunciação que parece ameaçado. Ou mesmo pode marcar que as palavras enunciadas não são as suas: *X, como você não diz; X, sei que você não gosta dessas palavras* etc. (AUTHIER-REVUZ, 1998).

- ii) **A não-coincidência do discurso consigo mesmo** é colocada como constitutiva, “[...] em referência ao dialogismo bakhtiniano – considerando que é toda palavra que, por se produzir no ‘meio’ do já-dito dos outros discursos, é habilitada pelo discurso outro – e à teorização do interdiscurso [...]” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 22). Trata-se de glosas que apontam que no discurso há a presença do discurso de outro. Por exemplo: *Segundo X; Como afirma X; No sentido empregado por X* etc.
- iii) **A não-coincidência entre as palavras e as coisas** manifesta-se por meio de glosas em que o enunciador busca a palavra adequada, isto é, busca direcionar melhor o sentido do próprio discurso. Na língua, “[...] inscreve um ‘jogo’ inevitável na nomeação, e, de outro lado, em termos lacanianos, do real como radicalmente heterogêneo à ordem simbólica, isto é, da falta (constitutiva do sujeito como falho) de ‘captura do objeto pela letra’, que desemboca na ‘perda’ inerente à linguagem [...]” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 23). Dessa forma, nessa busca pela palavra “certa”, o enunciador produz enunciados como: *X, melhor dizendo; X é a palavra exata, justa, que convém; X propriamente dito*, etc.
- iv) Por último, a **não-coincidência das palavras consigo mesmas** manifesta-se por meio de glosas em que há um equívoco no dizer em relação ao sentido das palavras. Os enunciadores constroem enunciados como: *X, no sentido de p; X, não no sentido de q, eu falhei dizendo X; X, também no sentido de q, em todos os sentidos da palavra* etc. (AUTHIER-REVUZ, 1998).

Dito isto, observamos que as não-coincidências do dizer surgem em contextos em que os enunciadores refletem sobre o próprio discurso, atestando o caráter metaenunciativo e constitutivamente dialógico da linguagem. Como afirmam Cavalcante e Brito (2017), a partir das *não-coincidências* do dizer, percebemos marcas produzidas por um sujeito que pensa ser dono daquilo que diz e essas marcas surgem como uma costura no fio do dizer, em sua superfície linguística, tal como passamos a demonstrar nos dados em análise.

6 Não-coincidências do dizer e posição ideológica em discursos polarizadores sobre o casamento homoafetivo

Como se encenassem numa espécie de contexto “bélico”, os discursos que trazem à tona temas de interesse coletivo (os chamados temas polêmicos) assumem frentes opostas, cada lado com seu potencial de “armamento” e obtêm, em função disso, força argumentativa. É o caso de discursos sobre o casamento homoafetivo que recortamos para análise nesta seção. As estratégias textuais-discursivas e os recursos linguísticos mobilizados são as “armas” de que se valem os locutores/enunciadores para assumir um ponto de vista e marcar uma posição ideológica.

Como exposto na seção metodológica, analisamos comentários publicados pelos usuários do *Facebook* em uma notícia divulgada pelo Portal de notícias G1 sobre o casamento civil surpresa entre a cantora Ludmilla e a modelo Brunna Gonçalves. A seguir, apresentamos um *print* da notícia postada:



Fonte da imagem: Portal de notícias G1 no *Facebook*.

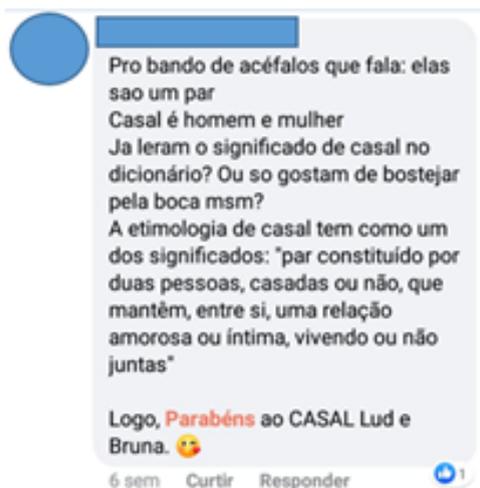
Uma primeira observação é que a notícia repercutiu bastante, obtendo mais de 10 mil reações e mais de 5 mil comentários. A segunda, e mais relevante para o propósito deste trabalho, diz respeito à natureza dos comentários. Após uma leitura atenta, observamos que os comentários sobre o conteúdo da notícia são, em grande parte, posicionamentos

homofóbicos e preconceituosos em relação ao casamento de Ludmila e Brunna, como também contra as palavras da mãe da cantora, reproduzidas por meio do discurso direto no texto da notícia.

A seguir, direcionamos nossa atenção justamente para a natureza dos comentários, evidenciando seus possíveis efeitos de sentido. Para isso, mobilizamos, primeiramente, a categoria da responsabilidade enunciativa denominada por Adam (2011) como fenômenos de modalização autonímica, focalizando suas marcas linguísticas correspondentes, que são os quatro tipos de não-coincidências do dizer: 1) a não-coincidência interlocutiva; 2) a não-coincidência do discurso consigo mesmo; 3) a não-coincidência entre as palavras e as coisas; e 4) a não-coincidência das palavras consigo mesmas. A partir da análise dessas marcas linguísticas, destacamos, em seguida, o jogo de vozes e a posição ideológica que se evidenciam nos comentários. Com isso, fica evidente o lugar social ou formação sociodiscursiva de onde os locutores-enunciadores proferem os seus discursos.

No primeiro exemplo que reproduzimos abaixo (C-01), percebemos o embate na “negociação” de sentidos com o outro, marcado principalmente pela não-coincidência interlocutiva.

C-01



Negociar os sentidos supõe convocar o outro para o qual o dizer se dirige, sendo exatamente isto o que se processa na não-coincidência

interlocutiva entre dois co-enunciadores, uma vez que o dizer manifesta retornos em que o *tu* é explicitamente convocado. Significa, então, que as palavras e os sentidos não são completamente partilhados (AUTHIER-REVUZ, 1998). Dado o esforço para se obter adesão em relação ao conteúdo do que se diz, nesse tipo de não-coincidência pode haver o mínimo de empatia, sinalizada pelo ajuste do modo de dizer e do sentido ao outro (*Como você gosta de dizer; Se você entende o que quero dizer* etc.). É quando, também, o L1/E1 pede licença ou apela para a boa vontade do seu interlocutor (*Permita-me dizer*).

Numa outra direção, conforme mostram os dados em análise, a maneira de dizer e o sentido podem distanciar-se completamente, marcando que o L1/E1 coloca o seu interlocutor numa posição de embate, impondo a ele UM só entendimento da(s) palavra(s). Neste caso, a ironia, os xingamentos e o deboche podem figurar como indícios da não-coincidência interlocutiva. Como observamos em C-01, o conflito reside no distanciamento quanto ao sentido dos lexemas “par” e “casal”. Percebemos que L1/E1 constrói seu comentário em resposta crítica a enunciadores (um “bando de acéfalos”) que defendem o ponto de vista de que duas pessoas do mesmo sexo e que se relacionam afetivamente não são um casal, mas um par. Na sua resposta, L1/E1 apresenta o seguinte PdV: “Casal é homem e mulher já leram o significado de casal no dicionário? Ou so gostam de bostejar pela boca msm?”. Portanto, não há uma transparência entre os sentidos da palavra “casal” para os interlocutores. Estrategicamente, L1/E1 recorre a um lugar de fala mais autorizado (o dicionário, a etimologia) e, assim, sustenta a discordância em relação ao dizer de outrem retomado em sua própria fala (o PdV dos acéfalos).

Para expressar o desacordo com o discurso dos internautas retomado no comentário, L1/E1 recorre à etimologia sobre o que se constitui como um casal. No trecho em que isso se evidencia, os dois pontos e uso das aspas sinalizam tipograficamente o discurso direto, indicando que L1/E1 não é a fonte enunciativa desse PdV, porém com ele se engaja. A conclusão a que chega L1/E1 após essa retomada de discurso alheio, em “Logo, parabéns ao casal Lud e Brunna [...]”, mostra claramente a sua adesão ao conteúdo proferido, tratando-se, pois, de um posicionamento de acordo com o PdV alheio (RABATEL, 2009) ou de postura de coenuniação (RABATEL, 2016).

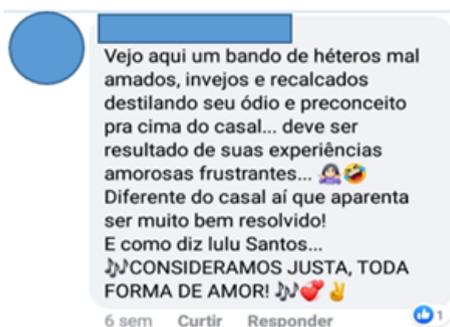
Observamos, também nesse trecho, a não-coincidência entre as palavras e as coisas, precisamente quando o L1/E1 reafirma que

duas mulheres são, como mostra a etimologia, um casal. Há, portanto, um retorno metaenunciativo do dizer sobre si mesmo, indicando que a palavra casal (e não par) está muito mais adequada para designar o real (casamento homoafetivo). Assim, no final das contas, L1/E1 desautoriza o outro a falar “par” para se referir a casal, a menos que seja um acéfalo. Assim, se falamos inicialmente que há um embate nessa “negociação” de sentidos, é porque se mostra claramente uma polarização: para os internautas retomados no comentário, a palavra casal não é adequada para a situação descrita na notícia, porém, para L1/E1, de fato essa é a palavra certa para denominar as recém-casadas.

Em C-01, podemos observar, portanto, a natureza dialógica e ideológica dos enunciados. O PdV de L1/E1 está em interação dialógica com outros PdV – o do “bando de acéfalos” (dissonância, desacordo); o de saberes autorizados (consonância, acordo), além dos vários outros enunciadorees com os quais L1/E1 supõe compartilhar seu próprio PdV (o “casal Lud e Bruna”, a mãe da cantora e as demais pessoas que assumem a mesma posição ideológica).

Cada ato enunciativo da internauta LF em C01 mostra a natureza responsiva da linguagem, isto é, um sujeito responsável e responsivo, pois seus atos dialógicos são elaborados em função de uma interação com o outro. O valor ideológico expresso em C-01 reside no fato de que a internauta, inscrita aqui como locutor-enunciador primeiro, marca uma posição valorativa em relação ao sentido do lexema “casal”, mostrando ser a favor do casamento homoafetivo e da compreensão de um casal como um par de pessoas, independente do sexo. Essa posição ideológica favorável é manifestada em C-02, C-03 e C-04, conforme demonstramos adiante.

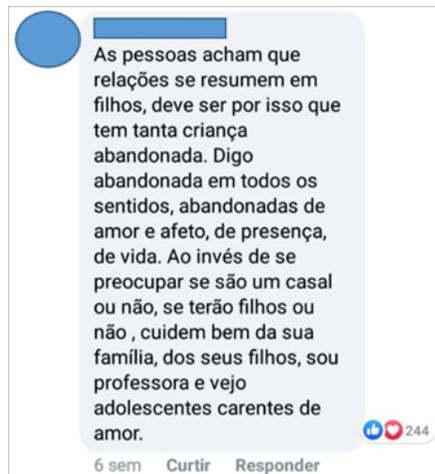
C-02



Em C-02, por meio do emprego do verbo em primeira pessoa, assinalando uma focalização perceptiva (ver), L1/E1 assume seu dizer, ou seja, seu PdV, na interação com outros dizeres dissonantes, cujos enunciadores não foram explícitos no texto (de forma generalizadora, diz que é “um bando de héteros mal amados, invejosos e recalcados”). Na materialização do seu dizer, apresentam-se diversas expressões apreciativas, com tom negativo, acerca dos enunciadores segundos evocados, que representam aqueles que são contra o casamento homoafetivo. Pronunciando-se em defesa do casal reportado na notícia, a internauta JO direciona críticas aos heterossexuais, ao afirmar que eles parecem ser mal amados, estariam com inveja do casal e, por isso, expõem enunciados marcados pelo preconceito. Nesse sentido, o discurso de L1/E1 enquadra os casais heterossexuais dentro de uma situação de frustração amorosa quando comparados com os casais homossexuais.

Sabendo que todo dizer é habitado pelo discurso do outro, ou seja, apresenta uma natureza dialógica (BAKHTIN, 2011), observamos que o C-02 evidencia a não-coincidência do discurso consigo mesmo, no trecho em que L1/E1 reproduz em letras garrafais o verso de uma canção de Lulu Santos, que traz a seguinte posição ideológica: “consideramos justa, toda forma de amar”. Dessa forma, vemos que L1/E1 se apropria do discurso de outrem, e por isso coenuncia, para respaldar o apoio ao casal, fazendo com que o discurso citado legitime o ponto de vista assumido no comentário.

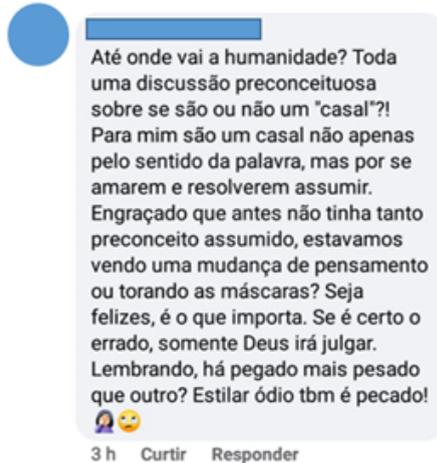
C-03



No C-03, L1/E1, a internauta AP, apresenta um PdV fundado numa direção contrária ao do senso comum, ao que “As pessoas acham”. Esse PdV baseia-se em fontes evidenciais, afirmando que as pessoas acham que relação se resume em filhos e que deve ser por isso que têm tanta criança abandonada. Após esse PdV, a internauta retoma o adjetivo “abandonada”, mencionado anteriormente em seu dizer, e constrói o seguinte PdV: “Digo abandonada em todos os sentidos”. Observamos, nesse caso, uma lançada reflexiva em que o enunciado, mais precisamente, o adjetivo “abandonada” passa a ser objeto da própria enunciação. Trata-se da não-coincidência das palavras consigo mesmas, caracterizada pelo tipo de *respostas da fixação de um sentido – X, no sentido de p* (AUTHIER-REVUZ, 1998). No trecho em análise, há uma glosa que aponta uma integração de sentido à palavra “abandonada”, como coloca L1/E1: “[...] abandonadas de amor, afeto, de presença, de vida”. Para L1/E1, a palavra “abandonada”, nesse contexto, não se refere somente a, por exemplo, crianças que são deixadas, doadas pelos pais, mas diz respeito a um abandono em um sentido mais amplo: de amor, afeto, presença e vida.

A internauta, como podemos observar, expressa discursivamente sua ideologia ao tomar uma posição contrária aos comentários anteriores de enunciadorees que criticavam o fato de que, através do casamento entre duas mulheres, não é possível a geração de um filho, e escreve: “Ao invés de se preocupar se são um casal ou não, se terão filhos ou não, cuidem bem de sua família, de seus filhos, sou professora e vejo adolescentes carentes de amor”. Em outras palavras, para este locutor-enunciador, as pessoas devem se preocupar com o amor a ser oferecido aos filhos e não apenas em gerá-los, pois relacionamento não se resume a isto. Há aí uma tentativa de interligar o casal homoafetivo a uma possibilidade de redefinir a maneira de cuidar dos filhos e, também, da forma de amá-los.

C-04



Neste comentário, L1/E1 inicia questionando “Até onde vai a humanidade? Toda uma discussão preconceituosa sobre se são ou não um ‘casal’ ?!” e, em seguida, se posiciona: “Para mim são um casal não apenas pelo sentido palavra, mas por se amarem e resolverem assumir”. Percebemos, neste trecho do PdV da internauta RT, a não-coincidência das palavras consigo mesmas, pelo fato de propor que o sentido seja estendido no não-um (*X, também no sentido de q, no sentido de p e no sentido de q [...]*), conforme Authier-Revuz (1998). Desse modo, em C-04, propõe-se o termo casal não no sentido de as duas pessoas somente formarem um par, mas no sentido de se amarem e assumirem o sentimento.

O comentário em análise permite-nos afirmar que a internauta se posiciona contra a “discussão preconceituosa”, ao salientar: “Engraçado que antes não tinha tanto preconceito assumido, estavam vendo uma mudança de pensamento ou torando as máscaras? Sejam felizes, é o que importa. Se é certo o errado, somente Deus irá julgar. Lembrando, há pegado mais pesado que outro? Estilar ódio tbm é pecado!”. Vê-se que L1/E1 diz que o preconceito assumido está ganhando recorrência na atualidade, referindo-se a 2019, ano da publicação da notícia.

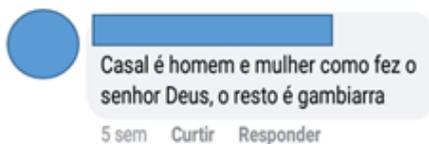
Nesse contexto de interação *online*, foi possível verificar outros comentários que salientam a ocorrência e assunção de um discurso preconceituoso atualmente no Brasil. Além disso, há comentários em que os internautas ressaltam que tais discursos de ódio resultam do incentivo

de um governo representado por um “presidente homofóbico”, pois se vê publicamente declarações homofóbicas e de incentivo à violência por parte do então presidente, Jair Bolsonaro.

No C-04, vozes diversas ecoam, o enunciador retoma explicitamente o discurso de usuários/seguidores da página do Portal G1 que também comentaram a notícia e se apoiaram no discurso bíblico. Ao retomar o que dizem as escrituras, isto é, que não há pecado mais pesado que outro, L1/E1 admite a possibilidade de a homossexualidade ser pecado (“se é certo o errado”), porém, se for errado, somente Deus teria o direito de julgar como tal. Nessa direção, todas as pessoas que se posicionam de forma preconceituosa e “estilam” ódio estariam desautorizadas a entrar no mérito de julgar se as duas mulheres formam ou não um casal.

Considerando as circunstâncias sociais, históricas, políticas e culturais em que esses enunciados são proferidos, a resistência ao preconceito quanto à orientação sexual das pessoas é o que claramente vem à tona nos comentários de C-01 a C-04. Porém, essa resistência enfrenta o conteúdo de enunciados que seguem, os quais são representativos do tom valorativo dos mais de 5 mil comentários sobre a notícia.

C-05



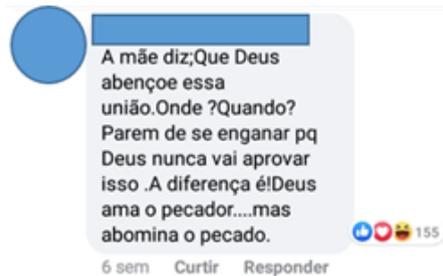
No exemplo acima, o L1/E1 explicita a sua posição desfavorável em relação à definição de casal nos termos apresentados pela notícia, indo na mesma direção da maior parte dos demais comentários postados contra o conteúdo em questão, na página do Portal G1. A marca linguística “como”, em “[...] como fez o senhor Deus”, inscreve a posição ideológica assumida por L1/E1 na esfera religiosa, sinalizando a não-coincidência do discurso consigo mesmo, uma vez que o comentário evidencia, claramente, uma fronteira entre si e o outro por meio do elemento citado, Deus.

Fundando seu PdV nesse lugar de fala, L1/E1 acentua que tudo que foge ao signo de ordem religiosa no que diz respeito a casal, conforme Deus, não pode ser considerado, já que “o resto é gambiarra”. Nesse caso, o tom valorativo expresso no comentário caracteriza-se como

radical e intolerante do ponto de vista da aceitação do casamento entre duas pessoas do mesmo sexo.

É interessante destacar que o lexema “resto” pode abarcar não somente as demais formas de compor um casal no sentido civil do termo (o casamento), mas também todas as formas de relação homoafetiva. Ora, os posicionamentos ofensivos contra o casamento homoafetivo só fazem sentido porque, na sociedade em que vivemos, as relações amorosas entre pessoas do mesmo sexo ainda continuam sendo alvo de preconceito, o que se sustenta sobretudo nos preceitos religiosos, como se percebe, também, em C-06, C-07 e sutilmente em C-08.

C-06



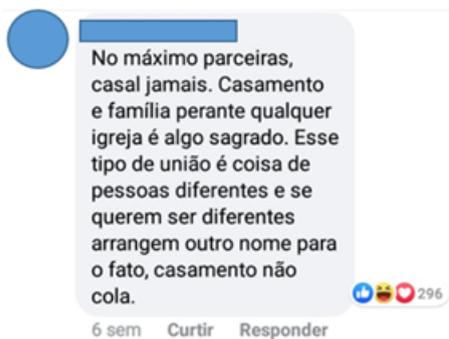
L1/E1 inicia o comentário retomando o PdV apresentado pelo G1 ao publicar a notícia, onde está escrito “A mãe diz; Que Deus abençoe essa união. Onde? Quando?”. Observamos, neste trecho, uma não-coincidência do discurso consigo mesmo, pois a internauta SM representa o dizer de outrem, como mostra o verbo *dicendi* “diz”. Assim, neste comentário, o discurso alheio tem “presença” marcada/mostrada no fio do dizer, através de uma marca linguística que assina a imputação do conteúdo proposicional para o enunciador segundo – a mãe, que, por sua vez, chama a voz de Deus. Observamos, então, relações dialógicas em que se “chocam” explicitamente duas vozes, a voz da internauta e a voz do outro, a mãe da cantora.

Conforme a orientação teórica aqui mobilizada, nenhum dizer é ingênuo ou desassociado de um valor ideológico, e o discurso em C-06 revela explicitamente uma posição contra o casamento entre as duas mulheres, quando L1/E1 pressupõe que Deus não abençoa essa união e, ironicamente, indaga: “Onde? Quando?”, projetando em seguida:

“Deus nunca vai aprovar isso. A diferença é! Deus ama o pecador...mas abomina o pecado”.

Em resposta às palavras da mãe da cantora, a internauta revela sua posição e busca apoio em fontes religiosas, assumindo seu PdV ao afirmar que Deus nunca vai aprovar essa união, denominada de “isso”. Tem-se aí a forte convicção de ordem ideológica quanto ao que disse Deus e praticamente o mesmo tom valorativo de “resto”, como vimos em C-05, ou seja, nega-se, invalida-se, exclui-se tudo o que se afasta da palavra de Deus. Assim, se Deus não aprova, são as pessoas que parecem transgredir os preceitos ideais para a boa vida. O enunciado final marca ainda mais o engajamento de L1/E1 com o PdV imputado, ao se destacar a diferença entre pecador e pecado. Segundo o PdV retomado no comentário, admite-se a possibilidade de amar os homossexuais, mas não o “pecado” por eles praticado. Trata-se de um dizer alheio mobilizado para expressar efeitos de autoridade e força nas palavras de L1/E1, o que ocorre muito frequentemente em discursos contra a homossexualidade.

C-07



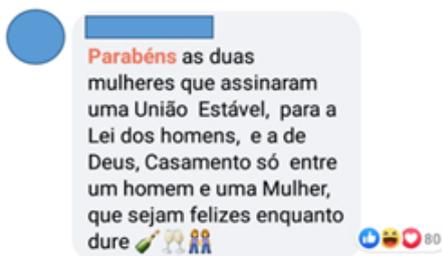
Neste comentário, L1/E1, o internauta CB, apresenta um PdV questionando a palavra casal, termo que, na visão dele, não pode ser usado para se referir à união entre as duas mulheres, sendo mais viável o termo “parceiras”. No mesmo patamar da interpretação dos dois comentários anteriores, observamos uma posição ideológica intolerante e radical em torno do casamento homoafetivo, desta vez baseado no argumento de que “Esse tipo de união”, por ser “coisa de pessoas diferentes”, fere a sacralidade da família e do casamento, segundo o que reza a igreja.

Nesse caso, as duas mulheres, ao serem consideradas um casal, estariam quebrando um preceito religioso já fortemente consolidado na sociedade.

Dito isto, identificamos a não-coincidência entre as palavras e as coisas, pois há em C-07 uma espécie de comando direcionado aos interlocutores para buscar a palavra certa para designar a união entre as duas mulheres (“[...] e se querem ser diferentes arranjem outro nome para o fato, casamento não cola”), sendo que L1/E1 convoca os aspectos da religião para sustentar tal PdV. Logo, assumindo um discurso inflexível, L1/E1 critica quem quer ser diferente, reivindicando que seja necessária a criação de um nome também diferente para o “fato”. Fica claro que a palavra casamento não é aceita pelo internauta como adequada ao que ela representa nesse contexto (casamento homoafetivo), já que usa uma gíria (“não cola”) para demonstrar essa inadequação e, portanto, para sinalizar seu desacordo.

Fazendo um balanço das posições ideológicas contrárias ao casamento homoafetivo, observamos que os lexemas “resto”, “isso”, “coisa” e “fato” assinalam distanciamento enunciativo e, no contexto em que foram empregados, negam a possibilidade de aceitação das relações e do casamento homoafetivos. São, visivelmente, termos que, nesse contexto de interação *online*, servem para desqualificar, reduzir essas relações e, por isso mesmo, acentuar/disseminar o preconceito.

C-08



Neste exemplo, destaca-se também a não-coincidência entre as palavras e as coisas como marcas linguísticas que nos permitem verificar quem assume o conteúdo proposicional do PdV (ADAM, 2011), especificamente quando L1/E1 faz um questionamento e busca uma definição certa do que seja casamento. Assumindo um tom menos radical na forma de se pronunciar, a internauta GN exprime um PdV consonante com o de outros locutores-enunciadores que aprovam a união entre as

duas mulheres, ao direcionar felicitações por meio dos “parabéns”. No caso em discussão, há uma retomada da definição do que seja casamento, pois, segundo L1/E1, a união entre as duas mulheres marca uma “união estável”, no sentido legal/judicial, porém não representa em momento nenhum um casamento no sentido religioso.

Nessa perspectiva, há a defesa de que o termo casamento só pode ser usado para fazer referência à união entre homem e mulher. Assim, qualquer situação que fuja desse conceito não é bem vista perante aqueles que seguem a Lei de Deus. Temos, pois, o discurso religioso como uma forma de normatizar certos comportamentos da sociedade, e o casamento (entre pessoas de sexo diferente) continua a ser entendido como um dispositivo que ainda representa uma manifestação de poder (FOUCAULT, 1979).

Nesses dados, que analisamos a partir de marcas linguísticas sinalizadoras dos fenômenos de modalização autonímica, tal como propõe Adam (2011) para o estudo da responsabilidade enunciativa, verificamos posições ideológicas diferentes em relação à notícia do casamento homoafetivo entre as duas famosas. Vimos que, para construírem seus posicionamentos, os enunciadores recorrem a outros enunciadores, tais como: Deus, a ciência, o senso comum. Na análise feita, colocamos em evidência as estratégias textuais-discursivas que demonstram qual o PdV assumido nos comentários, as vozes com as quais dialogam e a posição ideológica de cada internauta, ser contra ou favorável ao casamento homoafetivo e, por extensão, às relações homossexuais de modo geral. Assim, identificamos o jogo de vozes, o “eu” atravessado pelo “outro”, através da não-coincidências interlocutiva, da não-coincidência do discurso consigo mesmo e, ainda, em contextos que há o diálogo do sujeito com o próprio discurso, através da não-coincidência entre as palavras e as coisas e a não-coincidência das palavras consigo mesmas.

Considerações finais

Neste trabalho, os quatro pontos de não-coincidências do dizer foram mobilizados como marcas linguísticas de responsabilidade enunciativa e dispositivos para a análise dos diversos enunciados proferidos em torno da notícia discursivizada na rede social *Facebook*, mais especificamente na página do Portal de notícias G1.

No desdobramento da análise, mostramos que os comentários encenam uma espécie de duelo, em que, de um lado, manifesta-se a posição favorável ao conteúdo da notícia, e, de outro, com uma força mais proeminente e radical, a posição contrária. As vozes que sustentam ambas as posições acerca do casamento homoafetivo são advindas quase sempre da esfera religiosa e especificamente ancoradas na palavra de Deus, sendo isso sinalizado pela estratégia linguística da imputação de PdV, seguida de acordo.

Do ponto de vista ideológico, ficou evidente que a figura divina, na nossa cultura, ainda se mostra como uma autoridade para reger a melhor forma de viver, no que se refere às relações amorosas. Vimos que, ao se apoiarem em fontes respeitadas (a Igreja e Deus), alguns comentários ecoam críticas mais sutis, enquanto outros, talvez por se sentirem mais livres para se expressar nesse tipo de interação *online*, materializaram enunciados com termos pejorativos, valendo-se de ironia, deboche e desqualificações do tipo xingamento.

Esperamos que o trabalho proposto venha fortalecer e impulsionar pesquisas que se interessem por interligar diferentes lugares teóricos e dispositivos de análise. Nesse sentido, focalizamos a responsabilidade enunciativa, especificamente a categoria dos fenômenos de modalização autonímica, conforme Adam (2011), numa articulação com as reflexões teóricas de Rabatel (2009, 2016), em sua abordagem enunciativa e pragmática dos pontos de vista, e em diálogo com os estudos bakhtinianos, ao nos reportarmos à noção de ideologia. Almejamos, principalmente, que possa embasar reflexões sobre o funcionamento dos discursos polarizadores nas diferentes interações *online*, e, assim, auxilie na construção de um olhar mais vigilante para todas as formas de negação, exclusão e preconceito.

Agradecimento

Ao Prof. Me. Jailson José dos Santos, do Departamento de Letras Estrangeiras da UERN – *Campus* de Pau dos Ferros, pela tradução do resumo e pela disponibilidade em fazer a revisão na versão final, após este artigo científico ter sido aceito para publicação.

Contribuição dos Autores

Eu, Rosângela Alves dos Santos Bernardino, declaro ter elaborado este artigo científico a partir de pesquisa realizada em conjunto com meus orientandos do Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) – a discente Daliane Pereira do Nascimento, do curso de Mestrado, e o discente Raimundo Romão Batista, do curso de Doutorado. Como autora do texto, colaborei no planejamento da proposta de pesquisa, pensando junto com os coautores sobre a delimitação dos seguintes aspectos: problemática, temática, questões/objetivos de pesquisa, recorte da materialidade textual/discursiva analisada, delimitação de categorias de análise, dos conceitos e postulados teóricos, entre outros pontos pertinentes ao exercício da pesquisa. Primeiramente, conduzi o processo de escrita da versão inicial do artigo, depois atuei no aprofundamento, em todas as seções (introdução, metodologia, aporte teórico, análise e interpretação dos resultados), além de fazer a revisão textual, gramatical e técnica. Declaro, por fim, que os coautores e eu participamos da revisão final do artigo, após ter sido aceito para publicação.

Eu, Daliane Pereira do Nascimento, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), na UERN – *Campus* de Pau dos Ferros, contribuí em todas as etapas da produção do artigo, do planejamento à escrita, bem como na revisão final. De forma específica, colaborei no esboço inicial do plano do texto, atendendo aos apontamentos da primeira autora quanto à necessidade de ajustes, fiz a seleção inicial do *corpus*, colaborei na contextualização da situação-problema, na elaboração da seção teórica e na etapa de análise descritiva dos dados.

Eu, Raimundo Romão Batista, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), na UERN – *Campus* de Pau dos Ferros, colaborei com todas as etapas da produção do artigo, do planejamento à escrita, bem como na revisão final. De forma específica, colaborei na elaboração da seção teórica e atendi aos apontamentos da primeira autora quanto à necessidade de ajustes. Além disso, também colaborei na etapa de seleção do *corpus*, na contextualização da situação-problema e na etapa de análise descritiva dos dados.

Referências

ADAM, J. M. *A linguística textual: uma introdução à análise textual dos discursos*. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da S. Neto e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin. Revisão Técnica: João Gomes das S. Neto. 2. ed. revisada e aumentada. São Paulo: Cortez, 2011.

AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Tradução de Claudia R. Castellanos Pfeiffer *et al.* Revisão técnica da tradução Eni Pulcinelli Orlandi Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité(s) énonciative(s). *Langages*, Paris: n. 73, p. 91-102, 1984. DOI: <https://doi.org/10.3406/lgge.1984.1167>

AUTHIER-REVUZ, J. L'énonciateur glosateur de ses mots; explication et interprétation. *Langue Française*, Paris, n. 103, p. 91-102, 1994. DOI: <https://doi.org/10.3406/lfr.1994.5729>

AUTHIER-REVUZ, J. *Ces mots qui ne vont pas de soi: boucles réflexives et non-coïncidence du dire*. Paris: Larousse, 1995.

BAKHTIN, M. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. 5. ed. São Paulo: Editora Hucitec Annablume, 2002. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/58069225/Bakhtin-O-Discurso-No-Romance>. Acesso em: 21 maio 2014.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV, V. N.). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12. ed. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2006.

BERNARDINO, R. A. dos S. *A responsabilidade enunciativa em artigos científicos de pesquisadores iniciantes e contribuições para o ensino da produção textual na graduação*. 2015. 286f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

BRAIT, B. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: _____. (org.). *Bakhtin, dialogismo e construção de sentido*. 2. ed. rev. Campinas, Editora da Unicamp, 2005. p. 87-98.

CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. Linguística Textual e heterogeneidade enunciativa. In: CAPRISTANO Jr, R.; LINS, M. da P. P.; ELIAS, V. M. (org.). *Linguística Textual e pragmática: uma interface possível*. São Paulo: Labrador, 2017. p. 213-237.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GUERRA, E. L. A. *Manual: pesquisa qualitativa*. Belo Horizonte: Ânima Educação, 2014.

LACAN, J. *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

MAINGUENEAU, D. (org.). Les analyses du discours en France. *Langages*, Paris, n. 117, 1995.

MIOTELLO, V. *Ideologia*. In: BRAIT, B. (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 4. ed. 4 reimp. São Paulo: Contexto, 2010. p. 167-176.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1516-73132003000200004>

RABATEL, A. *Homo narrans: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa*. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luís Passeggi, João Gomes da Silva Neto. São Paulo: Contexto, 2016.

RABATEL, A. Posturas enunciativas, variável genérica e estratégias de posicionamento. In: ANGERMULLER, J; PHILIPPE, G. (org.). *Análise do discurso e dispositivos de enunciação: em torno da obra de Dominique Maingueneau*. Tradução de Euclides Moreira Neto. Limoges: Lambert-Lucas, 2015. p. 125-135.

RABATEL, A. O papel do enunciador na construção interacional dos pontos de vista. In: WANDER, E. (org.). *A construção da opinião na mídia*. Tradução de Wander Emeditato. Belo Horizonte: FALE/UFMG, Núcleo de Análise do Discurso, 2013. p. 19-66.

RABATEL, A. Prise en charge et imputation, ou la prise en charge à responsabilité limitée. *Langue Française*, Paris, n. 162, p. 72-85, 2009. DOI: <https://doi.org/10.3917/lf.162.0071>

SEIDEL, V. F.; SILVA, C. U. C. O signo e seus conceitos: de Saussure a Bakhtin/Volochínov. *Revista Tabuleiro de Letras*, Salvador, v. 11, n. 2, p. 179-192, 2017. DOI: <https://doi.org/10.35499/tl.v11i2.4113>. Disponível em: Dialnet-OSignoESeusConceitos-6372547.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

SEVERINO, A. J. Teoria e prática científica. In: _____. (org.). *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007. p. 100-119.

SOBRAL, A. Dialogismo e interação. In: SOBRAL, A. (org.). *Do dialogismo ao gênero: as bases do pensamento do Círculo de Bakhtin*. Campinas: Mercado de Letras, 2009. p. 21-46.

VOLOCHÍNOV, V. (Círculo de Bakhtin). A ciência das ideologias e a filosofia da linguagem. In: VOLOCHÍNOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico nas ciências da linguagem*. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017. p. 91-102.

VOLOCHÍNOV, V. N.; BAKHTIN, M. M. A palavra na vida e na poesia: introdução ao problema da poética sociológica. In: VOLOCHÍNOV, V. N.; BAKHTIN, M. M. *Palavra própria e palavra outra na sintaxe da enunciação*. Tradução e revisão de Allan Tadeu Puglise *et al.* São Carlos: Pedro & João Editores, 2011. p. 147-181.